

A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: IMPACTOS NA RENDA E NA ATIVIDADE PRODUTIVA

Silvio da Rosa Paula

Pesquisador no Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail:* <silvio.paula@ipea.gov.br>.

Regina Helena Rosa Sambuichi

Técnica de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea. *E-mail:* <regina.sambuichi@ipea.gov.br>.

Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

Fabio Alves

Especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício na Disoc/Ipea. *E-mail:* <fabio.alves@ipea.gov.br>.

Alexandre Arbex Valadares

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* <alexandre.valadares@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2884>

Este estudo visou analisar os impactos produzidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em relação ao público fornecedor de alimentos da agricultura familiar. Em outras palavras, buscou-se verificar os efeitos do PNAE sobre o valor bruto da produção (VBP), como *proxy* de renda anual por unidade familiar, e a atividade produtiva de agricultores que acessaram esse mercado em algum momento no horizonte temporal entre 2013 e 2017.

Essa proposta se justifica pelo fato de que, apesar de haver uma quantidade significativa de estudos que abordam a inserção da agricultura familiar nos processos de compras públicas para alimentação escolar, a maioria deles estão restritos a estudos de caso de experiências em municípios específicos, com entrevistas e pesquisas tipo *survey*, ou com análises mais abrangentes a partir da tabulação de dados orçamentários. Embora eles sejam relevantes, há uma lacuna na literatura quanto a evidências causais de

programas de apoio à agricultura familiar sobre variáveis de resultado, isto é, referentes às condições de vida de seus beneficiários, sendo o VBP média pós-adesão um indicador relevante.

As informações contidas em registros administrativos da Declaração de Aptidão ao Produtor (DAP) e do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SigPC), do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), complementadas com outras bases de dados de controle, permitiram a aplicação de técnicas quantitativas de análise em âmbito nacional, contribuindo com o debate sobre a avaliação do programa em particular e das políticas de compras públicas em geral.

Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se a abordagem quase-experimental de diferença-em-diferenças (DID), combinada com a técnica de balanceamento por entropia, visto que a simples comparação entre agricultores familiares

SUMEX

participantes do PNAE e não participantes poderia estar sujeita a viés de seleção, na medida em que os agricultores fornecedores se selecionam para participar do programa. A abordagem de DID é uma das estratégias empíricas mais populares para avaliação de impactos causais *ex post*.

Os resultados encontrados evidenciam que o PNAE aumentou consideravelmente a renda média dos agricultores familiares que puderam acessá-lo no período analisado, ao contribuir para um acréscimo na ordem de 32,6% no VBP dos fornecedores, o que, em termos monetários, representa um aumento de aproximadamente R\$ 8.590,00 no VBP das unidades tratadas. Os coeficientes estimados apontam ainda que o programa teve impacto maior sobre as unidades familiares agropecuárias com menor VBP, o que resultou em aumento de 64,5% no VBP no 10º percentil e 34,5% no 75º percentil.

Demonstra-se, então, que a priorização da agricultura familiar em uma política de compra pública de alimentos como o PNAE tem se configurado como alternativa virtuosa para a inclusão produtiva e elevação da renda desse segmento socioprodutivo, com desdobramentos importantes sobre o desenvolvimento local, dada a sua participação expressiva em territórios de baixa dinamicidade econômica.

Com relação aos indicadores de diversificação produtiva, apesar dos resultados positivos, a análise não obteve significância estatística requerida para afirmar, no agregado nacional, uma associação positiva entre o PNAE e um aumento da variedade de cultivos ou criações, embora a literatura tenha observado esse efeito em determinadas dinâmicas territoriais de incidência. Examinar tais contextos e avaliar processos de planejamento dos cardápios escolares, bem como a estrutura produtiva dos agricultores antes e após a entrada no programa, pode permitir melhores explicações sobre essa relação.